

Demonstrações Financeiras

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

31 de dezembro de 2014 e 2013
com Relatório dos Auditores Independentes



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

A COMPANHIA

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG é uma empresa pública, controlada pelo Estado, constituída na forma de Sociedade Anônima e que tem como objeto social a atuação no desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, fazendo-o de forma complementar ao próprio Estado e integrada à coordenação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Constituída a partir da incorporação de outras empresas públicas de diversos segmentos de atuação, a Companhia foi concebida para desempenhar um papel complementar às atividades do Estado, administrando o patrimônio do Estado sob sua responsabilidade, e alavancando grandes investimentos, destinados a obras e negócios geradores de renda no território mineiro. Através dessas intervenções a CODEMIG tem potencializado o desenvolvimento econômico, contribuindo para melhoria da condição de vida da população de Minas Gerais.

Buscando gerir de forma eficiente e eficaz seus recursos e negócios, a CODEMIG investe em diversos segmentos, que vão desde mineração, pesquisa de óleo e gás natural, hotelaria, parques e balneários, águas minerais, distritos industriais e centros de feiras e exposições (Expominas), até a celebração de convênios com outros órgãos da administração direta, para a construção de estradas e infraestrutura municipal. A Companhia atua também em projetos de restauração do patrimônio histórico, em imóveis sob sua administração, bem como no incentivo à cultura e ao turismo.

Essa diversidade de atuação reforça a missão da CODEMIG que busca em sua visão de futuro se tornar uma empresa pública de referência em desenvolvimento regional.

MINERAÇÃO

A CODEMIG tem na mineração a sua principal fonte de receitas, principalmente na exploração de nióbio, em Araxá, realizada em modelo de parceria com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM. Em função dessa parceria a CODEMIG recebe participação de 25% do resultado de uma Sociedade em Conta de Participação – SCP, que tem a CBMM como sócia ostensiva.

Outra fonte de receitas para a CODEMIG, em 2014, foi o recebimento de *royalties* pagos pela Vale Fertilizantes pela exploração de minério de fosfato em duas minas localizadas em Araxá.

Além da exploração mineral, em 2014 a CODEMIG continuou investindo em estudos para mapeamento geológico, com metodologias mais apuradas e aquisição de dados geológicos, preparação e compilação para base cartográfica possibilitando a atualização de aproximadamente 1/3 do projeto de mapeamento. Com este mapeamento a CODEMIG busca ampliar as chances de descobertas de novos depósitos minerais, estimular os investimentos, pesquisas e empreendimentos minero-metalúrgicos no Estado de Minas Gerais.



ÓLEO E GÁS NATURAL

Em 2014, a CODEMIG concentrou investimentos de aproximadamente R\$ 426 mil reais no projeto óleo e gás natural, em atividades de geologia e geofísica dos blocos de exploração SF-T-104, 114, 120, 127, 132 e REC-T-163. Os estudos e pesquisas de gás natural que vêm sendo realizados no município de Morada Nova de Minas, na Bacia do São Francisco, são esforços pela busca de suficiência energética nesse tipo de combustível.

HOTELARIA

A CODEMIG é responsável pela boa manutenção e administração de importantes edificações que compõem o patrimônio histórico do Estado de Minas Gerais. Investimentos na ordem de R\$11,3 milhões foram destinados, em 2014, em obras de conservação e reforma do Grande Hotel de Araxá, do Palace Cassino e Thermas de Poços de Caldas e do Cassino de Lambari. Com a estratégia de desonerar a administração desses bens de valor histórico e com o propósito de incentivar a indústria do turismo, a CODEMIG adotou o critério do arrendamento privado para exploração desses negócios. Os propensos exploradores são selecionados por meio de licitações públicas, onde, a partir do contrato de arrendamento estabelecido, a CODEMIG passa a receber royalties sobre a exploração dos empreendimentos, denominados unidades estratégicas de negócios.

Os investimentos, realizados em 2014, para continuidade e exploração dos empreendimentos, seguem a orientação do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA, que se encarrega de subsidiar com informações necessárias, aos projetos desenvolvidos pela CODEMIG, na manutenção desse patrimônio histórico tombado, garantindo assim vantagens competitivas e favorecendo a atração de turistas de todo Brasil.

Dessa maneira a CODEMIG atendeu uma das vertentes destinadas ao cumprimento de seu objetivo social, na indução do desenvolvimento, por meio da manutenção e valorização do patrimônio público e bom funcionamento dos hotéis.

EXPOMINAS

Os centros de feiras e eventos – Expominas são mais uma importante ferramenta de indução do desenvolvimento regional. Os empreendimentos hoje edificados nas cidades de Araxá, Juiz de Fora, Belo Horizonte e Teófilo Otoni receberão, no exercício de 2015, a conclusão de mais um grande centro de feiras e exposições na cidade de São João del-Rey, e a concepção de projetos arquitetônicos básicos para futuras edificações de novos Expominas nas cidades de Pouso Alegre e Varginha. Os Expominas são administrados diretamente pela CODEMIG, exceto o Expominas Belo Horizonte que é administrado pela PROMINAS - Companhia Mineira de Promoções, empresa pública, na qual a CODEMIG é a acionista majoritária.

Em 2014 foram feitos investimentos de cerca de R\$25,9 milhões destinados à construção do novo centro de feiras e eventos, na cidade de São João Del- Rey, e de R\$152,4 mil na elaboração dos projetos arquitetônicos básicos dos Expominas de Pouso Alegre e Varginha.



ÁGUAS MINERAIS

A CODEMIG é proprietária de diversas fontes de águas minerais naturais de Minas Gerais, destacando-se as águas de Araxá, Caxambu, Lambari e Cambuquira, sendo essas três últimas pertencentes ao chamado Circuito das Águas de Minas Gerais. Através da arrendatária COPASA MG e sua subsidiária Águas Minerais de Minas, o processo de investimento em modernização das unidades de envase e maior acesso ao mercado vêm retomando o seu mercado, tanto pela história de suas marcas, quanto pela qualidade, se comparada às melhores marcas mundiais de águas minerais. O desafio maior desse negócio reside na necessidade de ampliação operacional e a antagônica inflexão para essa tomada de decisão quando confrontadas as variáveis competição de mercado versus o de baixo valor agregado produto.

DISTRITOS INDUSTRIAIS

Em 2014 a CODEMIG concluiu as obras do Aeroporto Industrial, em Confins, dando continuidade ao processo de investimento e estruturação do distrito industrial, sendo este importante vetor econômico de Minas Gerais, tanto como potencializador regional e atrativo a novas indústrias para o Estado, representando o incremento de divisas, emprego e renda.

INFRAESTRUTURA

Assim como em anos anteriores, em 2014 a CODEMIG atuou em relevantes investimentos de infraestrutura, apoiando iniciativas do Governo do Estado aplicadas em diversos municípios mineiros.

Por meio da celebração de convênios e em parcerias com órgãos da administração direta e indireta do Estado e Prefeituras Municipais de Minas Gerais, em 2014, foram feitos repasses de recursos de cerca de R\$ 262 milhões. Esses repasses se deram pela celebração de convênios firmados entre a CODEMIG, Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP), Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Secretaria de Estado de Cultura (SEC) e Prefeituras de Divinópolis, Juiz de Fora e Lagoa Santa, dentre outras, assim identificadas pela relevância e magnitude econômica que propiciaram as intervenções:

Por meio do convênio com a Prefeitura de Divinópolis, com interveniência da SETOP, foi elaborado projeto de execução de obras de infraestrutura rodoviária, a partir da Estrada da Ferradura, com extensão de 3.400 metros e viaduto de 50 metros sobre a Ferrovia Centro Atlântica. Em Araxá a celebração de convênio de cooperação técnica e financeira com DER e SETOP possibilitou a execução de obras de restauração do pavimento na rodovia AMG-0705 e implantação do trecho do entroncamento AMG-0710 (Aeroporto) e AMG-0715 (Barreiro). Em Juiz de Fora mediante a celebração de convênio com a Prefeitura Municipal e a SETOP foi possível executar obras de melhoramento de vias públicas e obras do Teatro Paschoal Carlos Magno. No município de Jacutinga, a celebração de convênio de cooperação técnica e financeira com o DER e SETOP, permitiu realizar desapropriações necessárias às obras de implantação e pavimentação, na ligação CJC/080 (Bairro São Luiz) com a CJC/350 (Bairro Alto Alegre) – acesso à Danone, com extensão de 3,11 km. Em Mocambinho (Jaíba em Minas Gerais), outra intervenção, não menos importante e necessária ao escoamento da produção, foi a construção da Ponte sobre o Rio Mogi Guaçu e melhoramento e pavimentação da interseção ao Pomar Brasil Agroindustrial no trecho MG/401, com um km de extensão na Rodovia LMG/633 e pelo convênio com o DER, foi executada obra de adequação da interseção de acesso ao Bairro Recreio dos Bandeirantes, no trecho do entroncamento BR- 050 - Fosfertil - Rodovia LMG/809, em Uberaba, Minas Gerais.



Mediante convênio com a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, foi possível realizar a desapropriação de vários imóveis instalados em áreas definidas para a implantação das vias de acesso ao Centro de Tecnologia e Capacitação Aeroespacial e para obras de implantação do Centro Aeroespacial de Minas Gerais. Já o convênio de cooperação técnica e financeira celebrado com a Secretaria de Estado da Cultura permitiu a implantação do Museu das Águas em Lambari e o apoio às políticas públicas culturais do Estado de Minas Gerais, viabilizando a contratação de consultorias técnicas para implantação do complexo Centro de Cultura.

A construção do Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, outro importante projeto estruturador do governo de Minas Gerais, com inauguração prevista para o início de 2015, possibilitará abrigar uma moderna sala de concertos, emissoras de rádio e televisão, tendo recebido, em 2014, investimentos aproximados na ordem de R\$ 125,1 milhões. Os recursos foram aplicados na elaboração de projetos complementares de engenharia e na execução das obras de construção do prédio da sala de concertos, além de serviços técnicos de consultoria, supervisão e fiscalização das obras. O Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, projetado com alta tecnologia e capacidade para 1,4 mil espectadores, abrigará uma das mais modernas salas de concertos do país, e contribuirá para inserir o Estado no roteiro internacional dos grandes concertos de música sinfônica e erudita, oferecendo ainda ao Estado a capacidade de atrair investimentos para a capital, tanto da indústria do turismo quando ao fortalecimento da cultura.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Diante da preocupação ambiental da CODEMIG pela sustentabilidade com o meio ambiente, a empresa desenvolveu ações de gestão ambiental em suas áreas de atuação. Aproximadamente R\$ 695 mil foram investidos, ao longo do exercício de 2014, possibilitando a mitigação de passivos ambientais e o atendimento a condicionantes ambientais, bem como a execução de obras necessárias a preservação, sustentação e minimização de impactos ambientais em empreendimentos da CODEMIG.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A receita da CODEMIG atingiu 773 milhões em 2014, com crescimento de 13,48%, em relação a 2013. Cerca de 81% desta receita advém da participação em uma Sociedade em Conta de Participação (SCP), com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Companhia no município de Araxá– MG para exploração de Nióbio.

As despesas gerais e administrativas da empresa, por sua vez, totalizaram R\$ 391 milhões em 2014, devido principalmente à provisão de R\$216 milhões para ativos não recuperáveis compreendendo os gastos de obras do Edifício Anexo de Serviços da Cidade Administrativa, do Centro Cultural Presidente Itamar Franco e do Expominas São João del Rei. Em relação às despesas administrativas, a mais relevante é a despesa de pessoal, que atingiu R\$25,8 milhões, com aumento de R\$4,9 milhões, em função principalmente do impacto das despesas com Plano de Desligamento Voluntário (PDV). Em função da retirada de patrocínio do Plano COMIG (RP7), houve aumento cerca de R\$ 11 milhões nas despesas, registrado no item outros das despesas.



Quanto aos gastos com desenvolvimento, houve redução de R\$56 milhões, sendo os principais gastos com obras e desapropriações para implantação da LMG800 (R\$ 148 milhões), convênios diversos com municípios (R\$24 milhões), obras Programa “Caminho de Minas” (R\$36 milhões) e obra rodoviária do Trevo de Araxá (R\$8 milhões).

Em 2014, o EBITDA da empresa atingiu R\$421 milhões, com crescimento de 47% em relação ao resultado de 2013.

As receitas financeiras da Companhia, relativas às aplicações financeiras dos recursos disponíveis no caixa, foram da ordem de R\$ 61 milhões. As despesas financeiras refletem os pagamentos do serviço da dívida referente à captação de R\$700 milhões por meio de debêntures realizada em 2012, tendo alcançado o montante de R\$88 milhões. Ressalte-se que a partir de novembro de 2014 a empresa iniciou o pagamento mensal da amortização das referidas debêntures, que é totalmente compatível com a capacidade de caixa da empresa. A Companhia atendeu a todas as cláusulas restritivas existentes na Escritura de Emissão, tendo cumprido os índices de endividamento líquido e bruto.

O patrimônio líquido negativo apurado em 2014 teve como principais fatores de geração o aumento aproximado de R\$32 milhões do prejuízo em relação ao ano anterior e a redução de R\$ 39,6 milhões o capital social. A constituição e incremento da provisão para adequação do valor recuperável dos ativos, ao líquido de 216 milhões, correspondentes ao Centro Cultural Presidente Itamar Franco e ao Edifício Anexo de Serviços da Cidade Administrativa foram os valores mais relevantes na apuração do prejuízo.



PERSPECTIVAS 2015

Em 2015, a CODEMIG promoverá a revisão do seu foco de atuação, elaborando, para isto, um Planejamento Estratégico em consonância com as diretrizes e Plano do novo governo, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado de Minas Gerais.

A atuação da CODEMIG será pautada em três eixos estratégicos. O primeiro deles, refere-se ao eixo da indústria de energia, mineração e metalurgia, em que a empresa buscará novas oportunidades de negócio, explorando o potencial mineral do Estado - minério de ferro, nióbio e terras raras – e atuando na geração de energia termelétrica e fotovoltaica, agregando novas receitas para a empresa.

A empresa pretende, ainda, fomentar a indústria criativa mineira, por meio da otimização da utilização dos espaços Expominas e Sala Minas Gerais, bem como buscar oportunidades nos segmentos audiovisual, de moda e gemas. Será dada atenção especial ao fomento dos Distritos Industriais existentes no estado de Minas Gerais, buscando atrair novas empresas que contribuam para desenvolvimento e geração de empregos das várias regiões do estado de Minas Gerais.

Finalmente, destaca-se o terceiro eixo estratégico calcado na indústria de alta tecnologia, especialmente aquelas referentes a materiais estratégicos, aeroespacial, biotecnologia, semicondutores e tecnologia da informação. A CODEMIG pretende estabelecer parcerias estratégicas e novos modelos de negócio, buscando a geração de novas receitas e agregação de valor para a empresa.

A Diretoria da CODEMIG agradece aos seus empregados e parceiros que com comprometimento e empenho colaboraram para os resultados alcançados, contribuindo para o desenvolvimento e fomento do Estado de Minas Gerais.

Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco

Diretor-Presidente

Gustavo da Silva Pires

Vice-Presidente

Fernanda Medeiros Azevedo Machado

Diretor de Gestão de Negócios

Marcelo Arruda Nassif

Diretor de Mineração e Novos Negócios

Ricardo Wagner Righi de Toledo

Diretor de Obras

Paula Vasques Bittencourt

Diretor de Administração e Finanças

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial..... 3

Demonstração dos resultados..... 5

Demonstração dos resultados abrangentes 6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstração dos fluxos de caixa..... 8

Notas explicativas às demonstrações financeiras 9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Belo Horizonte – MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração da Companhia sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

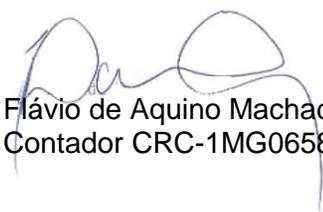
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 27 de março de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-F-MG



Flávio de Aquino Machado
Contador CRC-1MG065899/O-2

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores expressos em milhares de Reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		7.556	447	7.556	447
Títulos e valores mobiliários	4	408.667	623.383	424.547	638.008
Contas a receber	5	59.206	65.469	59.206	65.469
Impostos e contribuições a recuperar	6	8.541	16.447	8.541	16.447
Total do ativo circulante		483.970	705.746	499.850	720.371
Não circulante					
Impostos e contribuições a recuperar	6	14.890	-	14.890	-
Depósitos judiciais		83.699	60.510	83.699	60.510
Estoque de imóveis a comercializar	7	43.183	42.905	43.183	42.905
Outros ativos financeiros	9	191.956	184.648	191.956	184.648
Investimentos	10	45.589	43.241	29.709	28.616
Outros ativos não circulantes		445	399	445	399
Imobilizado	11	1.644.858	1.426.786	1.644.858	1.426.786
(-) Provisão para recuperação do imobilizado	11	(1.597.273)	(1.380.822)	(1.597.273)	(1.380.822)
Total do imobilizado		47.585	45.964	47.585	45.964
Total do ativo não circulante		427.347	377.667	411.467	363.042
Total do ativo		911.317	1.083.413	911.317	1.083.413

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	12	211.610	179.954	211.610	179.954
Empréstimos e financiamentos	13	119.010	22.395	119.010	22.395
Tributos a recolher	14	3.981	2.230	3.981	2.230
Salários e encargos sociais	15	5.023	4.855	5.023	4.855
Dividendos a pagar	18	367	367	367	367
Outras contas a pagar		4.300	7.906	4.300	7.906
Total do passivo circulante		344.291	217.707	344.291	217.707
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	556.155	669.617	556.155	669.617
Passivo atuarial	16	2.101	22.213	2.101	22.213
Dividendos a pagar	18	15.900	15.909	15.900	15.909
Total do passivo não circulante		574.156	707.739	574.156	707.739
Patrimônio líquido	18				
Capital social		1.722.925	1.762.525	1.722.925	1.762.525
Outros resultados abrangentes		439	32.731	439	32.731
Prejuízos acumulados		(1.730.494)	(1.637.289)	(1.730.494)	(1.637.289)
Total do patrimônio líquido		(7.130)	157.967	(7.130)	157.967
Total do passivo e patrimônio líquido		911.317	1.083.413	911.317	1.083.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores expressos em milhares de Reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida	19	523.497	459.169	523.497	459.169
Custos dos imóveis vendidos		-	-	-	-
Lucro bruto		523.497	459.169	523.497	459.169
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	20	(391.055)	(190.267)	(391.055)	(190.267)
Gastos com desenvolvimento e convênios	21	(261.856)	(318.101)	(261.856)	(318.101)
Resultado de equivalência patrimonial	10	3.914	2.880	2.659	2.255
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	21.338	(11.354)	21.338	(11.354)
		(627.659)	(516.842)	(628.914)	(517.467)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(104.162)	(57.673)	(105.417)	(58.298)
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	23	66.369	45.897	67.624	46.522
Despesas financeiras	23	(88.179)	(82.269)	(88.179)	(82.269)
		(21.810)	(36.372)	(20.555)	(35.747)
Prejuízo líquido do exercício		(125.972)	(94.045)	(125.972)	(94.045)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Valores expressos em milhares de Reais

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Prejuízo líquido do exercício	(125.972)	(94.045)
Outros resultados abrangentes	(32.292)	41.067
Resultado abrangente total do exercício	(158.264)	(52.978)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores expressos em milhares de Reais

	Controladora e Consolidado				Total
	Capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Prejuízo líquido do exercício	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.654.697	(8.336)	(1.543.244)	-	103.117
Redução de capital	(42.172)	-	-	-	(42.172)
Aumento de capital	150.000	-	-	-	150.000
Ganho atuarial com benefício pós aposentadoria	-	41.067	-	-	41.067
Prejuízo do exercício	-	-	-	(94.045)	(94.045)
Destinação do prejuízo do exercício	-	-	(94.045)	94.045	-
	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.762.525	32.731	(1.637.289)	-	157.967
Redução de capital	(39.600)	-	-	-	(39.600)
Ganho atuarial com benefício pós aposentadoria	-	703	-	-	703
Liquidação do plano pós aposentadoria	-	(32.767)	32.767	-	-
Perda atuarial com benefício pós aposentadoria	-	(228)	-	-	(228)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(125.972)	(125.972)
Destinação do prejuízo do exercício	-	-	(125.972)	125.972	-
	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.722.925	439	(1.730.494)	-	(7.130)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
Valores expressos em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(125.972)	(94.045)	(125.972)	(94.045)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações	61.576	61.043	61.576	61.043
Valor residual de baixas do ativo permanente	55	27.446	55	27.446
Provisões para recuperação de ativo, líquida	216.451	64.440	216.451	64.440
Juros debêntures	87.864	70.304	87.864	70.304
Resultado de equivalência patrimonial	(3.914)	(2.880)	(2.659)	(2.255)
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Contas a receber	6.263	(37.874)	6.263	(37.874)
Impostos e contribuições a recuperar	(6.984)	(2.676)	(6.984)	(2.676)
Depósitos Judiciais	(23.189)	(21.085)	(23.189)	(21.085)
Outros ativos não circulantes	(324)	-	(324)	-
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Contas a pagar	31.656	(21.125)	31.656	(21.125)
Tributos a recolher	1.751	(553)	1.751	(553)
Salários e encargos sociais	168	342	168	342
Passivo atuarial	(19.637)	4.221	(19.637)	4.221
Outras contas a pagar	(3.615)	6.980	(3.615)	6.355
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	222.149	54.538	223.404	54.538
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	214.716	65.706	213.461	52.381
Outros ativos financeiros – participação no BDMG	(7.308)	(4.648)	(7.308)	(4.648)
Imobilizado	(279.703)	(139.005)	(279.703)	(139.005)
Investimento	1.566	(16.825)	1.566	(3.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(70.729)	(94.772)	(71.984)	(94.772)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(20.777)	-	(20.777)	-
Juros pagos – debêntures	(83.934)	(68.583)	(83.934)	(68.583)
Redução de capital	(39.600)	(42.172)	(39.600)	(42.172)
Aumento de capital	-	150.000	-	150.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(144.311)	39.245	(144.311)	39.245
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.109	(989)	7.109	(989)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	447	1.436	447	1.436
No final do exercício	7.556	447	7.556	447
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.109	(989)	7.109	(989)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Companhia”) é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações, e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante, entre outras, as seguintes ações: (i) a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço e, em caráter complementar, de empreendimento de fomento, incluindo estrada, centro de exposição, feira, evento e convenção, bem como seus serviços e equipamentos; (ii) a pesquisa e desenvolvimento de substância mineral; (iii) proteção e preservação de estâncias minerais e mananciais de que detenha concessão; (iv) construção de prédio e instalações, bem como, programas de incentivo vinculado ao turismo em Minas Gerais; (v) construção de distritos industriais em Minas Gerais; (vi) administração de bens pertencentes ao Estado de Minas Gerais; e (vii) participação em outras entidades através de investimentos.

A Companhia apresenta, como principal fonte de recursos, a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”), com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Companhia no município de Araxá – MG para exploração de Nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. A Companhia, como “sócio participante” recebe mensalmente o montante equivalente a 25% dos resultados da SCP.

Os “sócios participantes” integrantes que não o “sócio ostensivo” não tem participação na gestão dos negócios, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante o sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos da Companhia, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida. Os recursos obtidos junto a SCP são aplicados conforme as diretrizes do estatuto da Companhia, visando o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 27 de março de 2015.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, no caso, as aplicações financeiras.

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das suas demonstrações financeiras.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014

A alteração das normas descritas a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014, entretanto, não teve impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

- Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, CPC 45 – Divulgação de participações em outras entidades e CPC 35 (R2) – Demonstrações Separadas);
- Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros – alterações ao CPC 39;
- ICPC 19 / IFRIC 21 – Tributos;
- Melhorias anuais – ciclo 2010-2012 – o IASB emitiu sete alterações a seis normas, incluindo uma alteração à IFRS 13 – Mensuração a Valor Justo;
- Melhorias anuais – ciclo 2011-2013 - o IASB emitiu sete alterações a quatro normas, incluindo uma alteração à IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais para Elaboração de Relatórios Financeiros.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis e base de preparação--Continuação

Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015.
- Alterações na IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos : Contribuições por parte dos empregados: A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Sempre que as contribuições estiverem ligadas a serviços, devem ser atribuídas a períodos de serviços como um benefício negativo. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço. Essa alteração está em vigor para períodos anuais que se iniciam em 1º de julho de 2014 ou após essa data.
- IAS 16 – Ativo Imobilizado e IAS 38 – Ativo Intangível: A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece, na IAS 16 e na IAS 38, que o ativo pode ser reavaliado utilizando dados observáveis sobre o valor contábil líquido ou bruto. Adicionalmente, a depreciação ou amortização acumulada é a diferença entre os valores contábeis ou brutos do ativo.
- IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas - A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração (entidade que presta serviços ao pessoal-chave da administração) é uma parte relacionada sujeita a divulgações da parte relacionada. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração.
- IFRS 13 – Mensuração do valor justo - A alteração se aplica prospectivamente e esclarece as exceções de escopo da IFRS 13, quais sejam:

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis e base de preparação--Continuação

Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014-- Continuação

- Acordos conjuntos, e não apenas empreendimentos em conjunto, estão fora do escopo da IFRS 13;
- Essa exceção de escopo se aplica somente à contabilização das demonstrações financeiras de acordo em conjunto em si.;
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. O Grupo está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor.
- Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização - As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1o. de janeiro de 2016 ou após essa data.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis e base de preparação--Continuação

Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014-- Continuação

- Alterações à IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas - As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. Entidades que elaboram demonstrações financeiras de acordo com as IFRS pela primeira vez e que optem por adotar o método de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas deverão aplicar esse método a partir da data de transição às IFRS. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil.

Considerando as atuais operações da Companhia e de sua controlada, a Administração não espera que essa alteração tenha um efeito relevante sobre as Demonstrações Financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.1. Bases para Consolidação

Foram consolidadas as demonstrações financeiras da controlada descrita abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>% Participação</u>
Companhia de Desenvolvimento do Gás de Minas Gerais ("Codegás")	100%

a) Controlada

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis e base de preparação--Continuação

2.1. Bases para Consolidação--Continuação

a) Controlada--Continuação

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme na empresa consolidada e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

2.2. Principais Práticas Contábeis

a) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e longo prazo, inclusive para investimentos ou outros fins. As aplicações financeiras apresentam, normalmente, vencimento original em prazo superior a 90 dias, a contar da data da contratação.

b) Contas a receber

Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa, quando a administração entende ter indicação de perda na realização de tais créditos.

c) Estoque de imóveis a comercializar

Representam terrenos e edificações com intenção de venda pela Companhia. Estão registrados pelo seu custo de aquisição.

d) Investimentos

Investimentos em empresas coligadas ou associadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial para fins das demonstrações financeiras da Companhia.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis e base de preparação--Continuação

2.2. Principais Práticas Contábeis--Continuação

d) Investimentos--Continuação

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas coligadas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das coligadas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre as entidades, são eliminados de acordo com a participação mantida.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros e a sua controlada não detém bens de ativo imobilizado. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Prédios e Benfeitorias	Até 50 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis e base de preparação--Continuação

2.2. Principais Práticas Contábeis--Continuação

e) Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado ou provisionado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa ou provisão do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os ativos imobilizados da Companhia apresentam edificações que são objeto de arrendamento por terceiros. Considerando que a Companhia visa promover o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, tais contratos de arrendamento não visam o lucro, e conseqüentemente, as definições do CPC 28 - Propriedade para Investimento não são atendidas, levando esses ativos a serem tratados dentro do CPC 27 – Ativo Imobilizado.

f) Tributação

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor no Brasil na data do balanço. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são constituídos quando existe expectativa de realização dos mesmos através de lucro tributável futuro. A Companhia não vem constituindo tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias uma vez que não vem gerando lucros tributáveis. A sua maior receita, com a SCP, é tributada em imposto de renda e contribuição social na própria SCP. O saldo de prejuízo fiscal é de R\$ 2.395.167 e da base negativa de R\$ 2.422.904 em 31 de dezembro de 2014, isto posto a alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social da Companhia foi zero para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis e base de preparação--Continuação

2.2. Principais Práticas Contábeis--Continuação

f) Tributação--Continuação

Lei nº 12.973, de 14 de maio de 2014.

No dia 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973 (conversão da MP 627/2013) que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; (ii) estabelece ajustes às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, do PIS e da COFINS, por força de modificação ou da adoção de novos métodos e critérios contábeis estabelecidos pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.

Com a nova lei, a legislação tributária estará alinhada à legislação societária e às normas contábeis internacionais, eliminando o conceito da dupla contabilidade. É opção da Cooperativa a adoção dos efeitos instituídos pela lei em 2014, sendo obrigatória sua adoção a partir de 2015.

A Companhia não efetuou a opção antecipada para 2014 adotando os novos critérios a partir de 2015 e considera que os ajustes não serão relevantes em suas Demonstrações Financeiras.

g) Redução ao valor recuperável *Impairment*

A Companhia avalia, ao menos uma vez ao ano, a indicação de fatores que acarretariam a redução ao valor recuperável dos itens de investimentos, ativo imobilizado e intangível. Quando o valor contábil de um ativo exceder o seu valor recuperável, a provisão para perda é reconhecida como despesa operacional na demonstração do resultado.

h) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita da SCP é reconhecida com base na competência e à medida que os resultados mensais de sua operação são informados à Companhia pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM (sócia ostensiva).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis e base de preparação--Continuação

2.2. Principais Práticas Contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como: valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem: caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos financeiros e outros ativos não circulantes.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os juros, variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis geralmente não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos - taxa de juros efetiva menos perda por redução ao valor recuperável.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis e base de preparação--Continuação

2.2. Principais Práticas Contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos/recebimentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: a. empréstimos e recebíveis; b. investimentos mantidos até o vencimento; ou c. ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Aqui estão enquadrados os outros ativos financeiros da Companhia (Nota 9).

Desreconhecimento baixa

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa de o ativo expirarem; e,
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis e base de preparação--Continuação

2.2. Principais Práticas Contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos ou como derivativos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis e base de preparação--Continuação

2.2. Principais Práticas Contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. Os juros, variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada, paga ou expirar.

Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis e base de preparação--Continuação

2.2. Principais Práticas Contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado com isenção de interesses; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia não apresenta instrumentos financeiros derivativos.

j) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis e base de preparação--Continuação

2.2. Principais Práticas Contábeis--Continuação

k) Arrendamentos

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia como arrendatária

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Companhia como arrendador

Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel.

l) Benefícios pós-aposentadoria

A Companhia patrocina dois planos de previdência complementar em entidade fechada de previdência complementar – EFPC constituídos com fundos patrimoniais de forma independente e administrados segregados entre eles. O Plano CDI (RP3) foi constituído na modalidade de benefício definido onde a companhia possui compartilhamento dos riscos atuariais do plano com os participantes e assistidos, e o Plano CODEMIG PREV constituído na modalidade de contribuição definida no qual a companhia não assume riscos atuariais. Nos dois planos as contribuições vertidas aos planos são paritárias entre a companhia e os participantes.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis e base de preparação--Continuação

2.2. Principais Práticas Contábeis--Continuação

l) Benefícios pós-aposentadoria--Continuação

Para o plano de benefício pós-emprego de benefício definido, a diferença entre o valor justo dos ativos do plano (se houver) e o valor presente dos passivos atuarias do plano decorrente da remensuração atuarial é reconhecido como valor líquido de ativo ou (passivo) na demonstração da posição financeira do exercício.

Qualquer ativo reconhecido é restrito, se for o caso, ao valor presente de quaisquer valores do Plano que se espera recuperar por meio de restituições do plano ou reduções em contribuições futuras da companhia.

As remensurações do valor líquido de (passivo) ou ativo de benefício definido, compreendem os ganhos e perdas atuarias; no retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de (passivo) ativo de benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo, são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes com correspondente débito ou crédito a lucros retidos no período em que ocorram no balanço patrimonial. As remensurações não são reclassificadas ao resultado em períodos subsequentes.

As demais movimentações dos componentes do custo do plano de benefícios são reconhecidas na demonstração de resultados, incluindo o custo do serviço corrente, qualquer custo do serviço passado, efeitos de qualquer corte ou liquidação do Plano, e o custo dos juros menos o retorno esperado dos ativos. Todos os valores registrados na demonstração do resultado em relação a esses planos estão incluídos dentro dos custos operacionais ou em parte nos resultados financeiros da companhia.

As hipóteses mais significativas utilizadas na contabilização do plano de benefícios previdencial de benefício definido são a taxa de longo prazo de retorno sobre os ativos do plano, a taxa de desconto e os pressupostos de mortalidade.

A taxa de longo prazo de retorno sobre os ativos do plano é usada para calcular o retorno esperado sobre os ativos justos do plano. A taxa de desconto é usada para determinar o valor presente líquido das responsabilidades futuras. A taxa de desconto utilizada é a taxa de rentabilidade da taxa dos títulos do governo, com maturidade e termos que correspondem aos das obrigações pós-emprego, tanto quanto possível. A suposição de mortalidade é usada para projetar o fluxo futuro de pagamentos de benefícios, que é, então, com desconto para se chegar a um valor presente líquido de passivos.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis e base de preparação--Continuação

2.2. Principais Práticas Contábeis--Continuação

l) Benefícios pós-aposentadoria--Continuação

Nas valorizações (remensurações) dos passivos são realizadas o método atuarial de unidade de crédito projetado, que valoriza os benefícios acumulados na data de avaliação atuarial com subsídio sempre que adequado para futuros aumentos de remunerações e benefícios. A taxa de longo prazo de retorno sobre os ativos do plano de benefícios é determinado como a melhor estimativa da gestão do retorno de longo prazo e igualado a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor presente da obrigação atuarial.

As contribuições da Companhia para planos de benefícios de contribuição definida são debitadas à demonstração de resultados no período a que as contribuições se referem.

Os valores atribuídos aos passivos e a taxa de desconto e retorno são avaliados em concordância com as melhores práticas por atuários independentes e qualificados.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas, e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, envolvem as seguintes contas contábeis: provisão para perdas prováveis de contas a receber, expectativa de realização de impostos a recuperar, imóveis a comercializar, investimentos e ativo imobilizado, avaliação da necessidade de provisões para riscos, estimativa da reserva atuarial, entre outros.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fundos de Investimentos	200.366	62.271	216.246	62.271
Certificados de depósitos bancários – CDB	208.301	561.112	208.301	575.737
	408.667	623.383	424.547	638.008

As aplicações financeiras estão registradas pelo seu valor justo e são lastreadas em Certificado de Depósitos Bancários - CDBs e operações de títulos, todos remunerados diariamente com a rentabilidade média de 103% do CDI - Certificados de Depósitos Interbancários em 31 de dezembro de 2014 (100% em 2013).

5. Contas a receber

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Arrendamentos	6.707	8.679
Sociedade em Conta de Participação: CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	58.708	63.387
Contas a receber por venda de imóveis	352	433
Demais contas	3.893	3.505
	69.660	76.004
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.454)	(10.535)
	59.206	65.469

A composição destes saldos por vencimento, em 31 de dezembro de 2014, é como segue:

	Controladora e Consolidado
A Vencer	59.206
Vencidos: Após 60 dias	10.454
	69.660

A administração analisou individualmente a situação dos seus recebíveis e constituiu provisão para perdas prováveis com base em seu julgamento. A movimentação da provisão para perdas de contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo inicial – 31/12/2013	2014
Reversão	(10.535)
Saldo Final – 31/12/2014	81
	(10.454)

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

6. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda	22.704	15.718
Contribuição Social	727	729
	23.431	16.447
Circulante	8.541	16.447
Não circulante	14.890	-
	23.431	16.447

7. Estoque de imóveis a comercializar

Representam estoque de terrenos nas cidades de Ribeirão das Neves, Conselheiro Lafaiete e Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais, que não serão destinados para uso próprio da Companhia e, conseqüentemente estão disponíveis para venda a terceiros. A composição dos saldos por localidade está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Ribeirão das Neves	27.185	27.185
Conselheiro Lafaiete	15.720	15.720
Sete Lagoas	1.632	-
	44.537	42.905
Provisão	(1.354)	-
	43.183	42.905

8. Remuneração da administração

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 totalizaram R\$3.261 (R\$3.466 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

9. Outros ativos financeiros

Em 31 de outubro de 2012 e 29 de novembro de 2012, a Companhia efetuou pagamentos no montante de R\$50.000 e R\$130.000, respectivamente, e adquiriu o total de 5.999.999.999 ações ordinárias de emissão do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, representando 11,59% do capital total. O BDMG é controlado pelo Governo de Estado de Minas Gerais, e portanto, parte relacionada da Companhia.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

9. Outros ativos financeiros--Continuação

Em 2013 e 2014 foram capitalizados lucros e valores de JCP – Juros sobre o capital próprio. Com estas capitalizações da CODEMIG no capital social do BDMG, a Companhia encerrou o exercício de 2013 com um total de 6.114.317.103 ações e participação de 10,74% do capital social. Em 2014 este valor alcançou o montante de 6.231.272.133 ações, ficando o percentual de participação em 10,81% do capital total.

O aporte de capital no BDMG tem como objetivo (i) induzir de forma indireta o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, pela alavancagem da capacidade do banco de conceder financiamento para empreendimentos de pequeno, médio e grande porte no Estado de Minas Gerais e (ii) gerar retorno sobre o capital da Companhia pelo histórico positivo de lucro que o Banco vem apresentando.

A Companhia não obteve controle ou influência significativa através desta operação e, portanto, não vem tratando este investimento como investimento em controlada ou associada, e sim, como investimento patrimonial ao custo, pelo fato das ações do BDMG não serem cotadas em mercado ativo, conforme permitido pelo CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Este investimento foi classificado como disponível para venda por não se enquadrar nas demais categorias de ativos financeiros conforme previsto no CPC 38.

A movimentação de outros ativos financeiros está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado
	2014
Saldo inicial – 31/12/2013	184.648
Integralização de capital - Distribuição de Lucros	5.018
Integralização de capital - Distribuição de Juros sobre Capital Próprio (“JCP”)	2.290
Saldo Final – 31/12/2014	191.956

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

10. Investimentos

Os detalhes sobre os investimentos da Companhia estão apresentados a seguir:

	Participação %		Patrimônio líquido		Resultado do exercício		Investimento		Resultado de equivalência	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Investimento em empresas não controladas:										
Prominas- Cia Mineira de Promoções	90,59%	90,59%	76.416	27.122	1.969	1.153	26.353	24.570	1.783	867
Cia. de Mineração Pirocloro Araxá	50,99%	50,99%	4.055	4.281	3.529	3.571	2.068	2.183	1.706	1.821
Demais investimentos							1.288	1.863	(830)	(433)
Subtotal – DF consolidada							29.709	28.616	2.659	2.255
Controlada:										
Codegás	100%	100%	15.880	14.625	1.255	625	15.880	14.625	1.255	625
							45.589	43.241	3.914	2.880

A Companhia não controla a Prominas e a Cia. de Mineração Pirocloro de Araxá, apesar do percentual de participação relevante, e consequentemente, com base na influência significativa apresentada, registra esses investimentos pelo método de equivalência patrimonial.

Movimentação do investimento:

	2014		2013	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	43.241	28.616	23.758	22.458
Equivalência patrimonial	3.914	2.659	2.880	2.255
Aportes de capital	255	255	16.825	3.500
Outros	(1.821)	(1.821)	(222)	403
Saldo final	45.589	29.709	43.241	28.616

Abaixo algumas informações adicionais sobre as investidas:

	Total do Ativo		Receita Líquida	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prominas- Cia Mineira de Promoções	79.859	31.067	19.462	14.552
Cia. de Mineração Pirocloro Araxá	8.165	7.881	80.580	70.131

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado

	Controladora e Consolidado									
	Terrenos	Cidade Administrativa de Minas Gerais	Demais prédios e benfeitorias	Equipamentos operacionais	Estação da Cultura	Prédio de Serviços Cidade Administrativa	Jazidas e Direitos Minerários	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo:										
Saldo em 31/12/2012	87.478	1.216.682	255.146	34.221	-	-	17.312	64.541	188	1.675.568
Adições	-	-	36.547	3.458	83.154	-	-	13.031	2.815	139.005
Transferência	-	-	18.434	-	-	-	-	(18.434)	-	-
Baixas	(209)	-	(1.763)	(2.548)	-	-	(17.312)	(59.138)	(1.823)	(82.793)
Saldo em 31/12/2013	87.269	1.216.682	308.364	35.131	83.154	-	-	-	1.180	1.731.780
Adições	-	-	-	478	125.138	125.438	-	28.634	15	279.703
Transferência	-	-	13	1.058	-	-	-	-	(1.071)	-
Baixas	(53)	-	(45)	(313)	-	-	-	-	(2)	(413)
Saldo em 31/12/2014	87.216	1.216.682	308.332	36.354	208.292	125.438	-	28.634	122	2.011.070
Depreciação:										
Saldo em 31/12/2012	-	(142.862)	(78.365)	(24.329)	-	-	-	-	-	(245.556)
Adições	-	(48.534)	(10.782)	(1.727)	-	-	-	-	-	(61.043)
Baixas	-	-	989	616	-	-	-	-	-	1.605
Saldo em 31/12/2013	-	(191.396)	(88.158)	(25.440)	-	-	-	-	-	(304.994)
Adições	-	(45.650)	(14.326)	(1.600)	-	-	-	-	-	(61.576)
Baixas	-	-	45	313	-	-	-	-	-	358
Saldo em 31/12/2014	-	(237.046)	(102.439)	(26.727)	-	-	-	-	-	(366.212)
Valor residual:										
Saldo em 31/12/2013	87.269	1.025.286	220.206	9.691	83.154	-	-	-	1.180	1.426.786
Saldo em 31/12/2014	87.216	979.636	205.893	9.627	208.292	125.438	-	28.634	122	1.644.858
Provisão para realização do imobilizado:										
Saldo em 31/12/2012	(75.001)	(1.073.820)	(167.561)	-	-	-	(17.312)	(36.430)	-	(1.370.124)
Custo	-	-	(35.009)	-	(83.154)	-	-	-	-	(118.163)
Depreciação	-	48.534	5.189	-	-	-	-	-	-	53.723
Baixa	-	-	-	-	-	-	17.312	36.430	-	53.742
Saldo em 31/12/2013	(75.001)	(1.025.286)	(197.381)	-	(83.154)	-	-	-	-	(1.380.822)
Custo	-	-	(1.194)	-	(125.138)	(125.438)	-	(27.956)	-	(279.726)
Depreciação	-	45.650	17.625	-	-	-	-	-	-	63.275
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2014	(75.001)	(979.636)	(180.950)	-	(208.292)	(125.438)	-	(27.956)	-	(1.597.273)
Imobilizado líquido:										
Saldo em 31/12/2013	12.268	-	22.825	9.691	-	-	-	-	1.180	45.964
Saldo em 31/12/2014	12.215	-	24.943	9.627	-	-	-	678	122	47.585

O valor residual total de bens do ativo imobilizado cedido em garantia era de R\$1.820 em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.845 em 31 de dezembro de 2013).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado--Continuação

A Companhia realiza anualmente, uma análise criteriosa do valor recuperável dos itens que compõe o seu ativo imobilizado conforme requerido pelo CPC 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Durante este exercício, a administração concluiu que grande parte dos bens constantes no ativo imobilizado estavam cedidos em comodato ou geravam rendimentos, que, quando trazidos a valor presente, apresentavam valores inferiores ao valor contábil.

A situação destes ativos está condizente com o objeto social da Companhia (Nota 1), que é promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, seja através da cessão em comodato para outros órgãos e instituições do Governo do Estado de Minas Gerais ou para arrendamento a baixo custo visando o desenvolvimento de áreas específicas como o turismo, promoções e eventos conforme diretrizes pré-definidas.

12. Contas a pagar

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda – SCP (i)	211.610	179.954
	211.610	179.954

(i) A Companhia através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da SCP. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data de encerramento do balanço são reconhecidos pela Companhia como contas a pagar – SCP, uma vez que serão devolvidos à mesma quando da quitação dos débitos.

13. Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos estão assim demonstrados:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Debêntures	680.820	700.000
Juros	3.930	3.217
Custos da transação	(9.585)	(11.205)
	675.165	692.012
Passivo circulante	119.010	22.395
Passivo não circulante	556.155	669.617
	675.165	692.012

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Conforme aprovado em assembleia geral extraordinária, realizada no dia 06 de novembro de 2012, a Companhia aprovou uma emissão privada, em série única, de 70.000 (setenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, com valor nominal de R\$10 cada, perfazendo um valor total de R\$700.000.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM – 476, permitindo a participação de somente investidores qualificados.

As debêntures são garantidas pelos recebíveis da Companhia junto à CBMM, realizados através de sua SCP.

As debêntures serão remuneradas por taxa equivalente ao CDI + 2,25% a.a. Os Juros remuneratórios são pagos mensalmente.

As debêntures foram emitidas em 14 de novembro de 2012, com dois anos de carência do principal, e possuem vencimento final em 14 de novembro de 2020, com a primeira amortização paga em 14 de novembro de 2014. A escala de pagamentos futuros é apresentada a seguir:

	<u>2014</u>
2015	115.080
2016	115.080
2017 em diante	<u>450.660</u>
	<u>680.820</u>

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na escritura de emissão das debêntures, com base em determinados indicadores financeiros. As cláusulas restritivas foram atendidas pela Companhia.

14. Tributos a recolher

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
PIS e COFINS	432	804
Imposto sobre serviços	1.906	277
Impostos e contribuições retidas de terceiros	965	462
Impostos e contribuições retidas sobre salários	678	687
	<u>3.981</u>	<u>2.230</u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

15. Salários e encargos sociais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
INSS	489	1.401
Provisão de férias	3.827	2.857
Outros	707	597
	<u>5.023</u>	<u>4.855</u>

16. Passivo atuarial

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego de benefícios definidos.

A Companhia possui dois planos previdenciários. Um advindo da incorporada CDI/MG (RP3) e o plano CODEMIG PREV. Ambos os planos são administrados e executados pela LIBERTAS - FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL sendo o plano CDI/MG (RP3) estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD) e o plano CODEMIG PREV estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD). O plano CDI/MG (RP3) foi aprovado pelo Órgão Governamental competente em 07/12/1982 e teve seu início operacional na mesma data e está fechado para novas adesões. O plano CODEMIG PREV foi aprovado pelo Órgão Governamental competente em 30/09/2013 e teve seu início operacional em 01/11/2013 estando aberto a novas adesões de empregados.

A companhia é corresponsável juntamente com os assistidos e participantes, exclusivamente na assunção dos riscos atuariais, financeiros e na integralização das contribuições devidas aos planos, sendo que as demais responsabilidades e obrigações nos termos da legislação brasileira, são assumidas pela governança do plano, LIBERTAS - FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL na qualidade de administradora e operadora e dos seus respectivos administradores e conselheiros não gerando riscos adicionais no plano para a Companhia. Os Planos são operados sob a Lei Complementar 108/01 e 109/01.

Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 31 de dezembro de 2014 pela GAMA Consultores Associados, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Passivo atuarial--Continuação

Plano de Benefícios CDI/MG(RP3)

São assegurados os seguintes benefícios aos participantes e assistidos do Plano CDI/MG (RP3):

- Suplementação de Aposentadoria por Idade;
- Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementação de Aposentadoria Especial;
- Benefício decorrente da opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido;
- Benefício Adicional decorrente da opção pelo Instituto da Portabilidade;
- Suplementação de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementação de Auxílio Doença;
- Pecúlio por Morte;
- Suplementação de Pensão; e
- Suplementação de Auxílio Reclusão.

O Plano CDI (RP3) encontra-se em processo de retirada de patrocínio, sendo este afetado pelos questionamentos realizados pelo ERMG/PREVIC, conforme ofício 115/2013/ERMG/PREVIC, de 2 de outubro de 2013, recepcionado pela fundação em 7 de outubro de 2013, cuja resposta encontra-se em formulação pela mesma. Não sendo observado fatores limitadores do processo de retirada a não ser o atendimento das questões levantadas pela PREVIC que estão a cargo da Libertas. Desta forma a responsabilidade da Companhia para com o plano RP-3, após a implementação do processo de retirada de patrocínio, ficará com a integralização do valor remanescente do contrato de dívida,

Até que seja efetivado a retirada de patrocínio, o Plano CDI (RP3) expõe tipicamente a Companhia a riscos atuariais, tais como: risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e de risco do salário. Os riscos relacionados ao plano decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfão benefícios) são compartilhados entre Companhia, assistidos e participantes, na ordem de 50% para a Companhia conforme Lei 108/01 e Resolução MPS/CGPC 26/06.

A Companhia mantém Contrato de Confissão de Dívida para com o Plano CDI (RP3) referente as Contribuições Extraordinárias Contratadas de responsabilidade exclusiva da Patrocinadora, firmado inicialmente em 240 prestações, das quais já decorrem 169 e, portanto, restam 71 prestações em 31/12/2014, para a cessão desse compromisso que monta em **R\$1.950.888,24**, sendo exigido por ocasião da liquidação da retirada de patrocínio em andamento.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Passivo atuarial--Continuação

Plano de Benefícios CODEMIG PREV

São assegurados os seguintes benefícios aos participantes e assistidos do Plano CODEMIG PREV:

- Benefício de Aposentadoria Normal;
- Benefício de Aposentadoria Antecipada;
- Benefício Decorrente da Opção pelo Benefício Proporcional Diferido;
- Benefício de Aposentadoria por Invalidez;
- Benefício de Pensão por Morte.

A CODEMIG é parcialmente responsável pela cobertura do passivo do plano de contribuição definida CODEMIG PREV, porém o plano **não** gera riscos atuariais à Companhia, tendo estes assumidos integralmente pelos assistidos e participantes em face dos benefícios gerados e mantidos são integralmente com base nos saldos das contas individuais em nome dos assistidos e participantes.

As contribuições da Companhia para planos de benefícios de contribuição definida são debitadas à demonstração de resultados no período a que as contribuições se referem e não fazem parte desta nota explicativa.

Plano de Benefícios COMIG (RP7)

Até 30 de abril de 2014, a companhia era patrocinadora do Plano COMIG (RP7), administrado e executado pela mesma LIBERTAS - FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL. O Plano COMIG (RP7) passou por um processo de retirada de Patrocínio, conforme aprovado no ofício nº 4777 CGTR/DITEC/PREVIC, de 18 de outubro de 2013, sendo que esta retirada foi efetivada em 30 de abril de 2014.

Os efeitos da liquidação do Plano COMIG (RP7) foram contabilizados no balanço de 30/06/2014, considerando o efetivo pagamento dos benefícios realizados em abril/2014. Atualmente, nas demonstrações financeiras do Plano existem apenas contingências a serem liquidadas pela Entidade administradora do Plano, as quais possuem integralmente patrimônio disponível e suficiente para as devidas liquidações.

O Plano não possui mais passivo atuarial em 31 de dezembro de 2014, em face do mesmo já ter sido liquidado, desta forma não há mais riscos atuariais à Companhia em relação ao Plano COMIG (RP7).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Passivo atuarial--Continuação

a) Resumo dos dados cadastrais dos participantes

COMIG (RP7)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Participantes COMIG (RP7)		
Número	-	70
Idade Média (anos)	-	52,1
Tempo médio de serviço futuro (anos)	-	7,85
Valor do Salário Médio (R\$ mil)	-	6,87
Assistidos (aposentados)		
Número	-	61
Idade Média (anos)	-	73,42
Benefício Médio (R\$ mil)	-	3,06
Assistidos (pensionistas)		
Número	-	17
Idade Média (anos)	-	73,54
Benefício Médio (R\$ mil)	-	1,44
Total dos Benefícios Mês (R\$ mil)	-	211
Total dos Benefícios Continuados Anual (R\$ mil)	-	2.747

CDI (RP3)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Participantes CDI (RP3)		
Número	18	18
Idade Média (anos)	59,57	58,57
Tempo médio de serviço futuro (anos)	-	1,99
Valor do Salário Médio (R\$ mil)	8,27	7,77
Assistidos (aposentados)		
Número	30	30
Idade Média (anos)	75,27	74,29
Benefício Médio (R\$ mil)	2,43	2,32
Assistidos (pensionistas)		
Número	12	12
Idade Média (anos)	78,15	77,15
Benefício Médio (R\$ mil)	0,38	0,36
Total dos Benefícios Mês (R\$ mil)	78	74
Total dos Benefícios Continuados Anual (R\$ mil)	1.010	960

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Passivo atuarial--Continuação

b) Hipóteses e parâmetros atuariais adotados - COMIG (RP7) e CDI (RP3)

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

As hipóteses demográficas e financeiras, com exceção da taxa de juros, baseiam-se nas hipóteses adotadas pela Fundação LIBERTAS embasadas em estudos estatísticos elaborados por consultoria especializadas, contratadas pela Fundação LIBERTAS e representam as melhores estimativas.

COMIG (RP7)

O plano não mantém assistidos e participantes, não sendo exigida a definição e fixação de hipóteses e parâmetros atuariais para este plano em 31 de dezembro de 2014.

CDI (RP3)

	31/12/2014	31/12/2013
	Set/14	Set/13
	Previdenciária	Previdenciária
Base de dados cadastrais coletados em		
Natureza dos benefícios	Patrocinador, Participantes	Patrocinador, Participantes
Responsabilidade pelo financiamento do plano	e Assistidos	e Assistidos

Financeiras

	31/12/2014		31/12/2013	
Taxa de juros de desconto atuarial anual (CDI – RP3)	11,51%	a.a.	11,87%	a.a.
Projeção de aumento anual dos salários (CDI – RP3)	9,11%	a.a.	7,02%	a.a.
Projeção de aumento anual dos benefícios (CDI – RP3)	5,04%	a.a.	5,00%	a.a.
Taxa de inflação média anual (CDI – RP3)	5,04%	a.a.	5,00%	a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,51%	a.a.	11,87%	a.a.

Destacamos que as premissas adotadas para apuração dos efeitos de liquidação do Plano COMIG RP-7 em 30/04/2014 são as mesmas que adotadas em 31/12/2013, inclusive no que tange às premissas de inflação média anual e taxa de juros de desconto atuarial.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Passivo atuarial--Continuação

b) Hipóteses e parâmetros atuariais adotados - COMIG (RP7) e CDI (RP3)

Demográficas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Taxa de rotatividade	0,000% a.a.	0,000% a.a.
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	GIM - 94 M&F	GIM - 94 M&F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	GIM - 94 M&F	GIM - 94 M&F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT-49, agravada em 100%	AT-49, agravada em 100%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de morbidez (COMIG – RP7)	PREVIMINAS 2008(D90%)	PREVIMINAS 2008(D90%)
Tábua de morbidez (CDI – RP3)	PREVIMINAS 2008(D20%)	PREVIMINAS 2008(D20%)
Idade de Aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal
Composição familiar para custos de pensão		
Participantes	Composição informada	Composição informada
Aposentados	Composição informada	Composição informada
Pensionistas	Composição informada	Composição informada

Principais hipóteses e parâmetros

	<u>31/12/2014</u>		<u>31/12/2013</u>	
Taxa de juros de desconto (COMIG – RP7)	11,87%	a.a.	11,87%	a.a.
Taxa de juros de desconto (CDI – RP3)	11,51%	a.a.	11,87%	a.a.
Crescimento salarial (COMIG RP7)	7,02%	a.a.	7,02%	a.a.
Crescimento salarial (CDI – RP3)	9,11%	a.a.	7,02%	a.a.
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos e aposentados	GIM - 94 M&F		GIM - 94 M&F	

Na forma preconizada pela norma CPC 33 R1, é utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

c) Valores reconhecidos no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes

i) COMIG (RP7)

Custo de serviço

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custo do serviço corrente líquido reconhecido em resultado	(174)	33
Custo de juros líquidos	(788)	(5.159)
Ganho/(Perda) na liquidação	(7.612)	0
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(8.574)	(5.126)
Remensurações do plano de benefício definido		
Os ganhos/(perdas) sobre o ativo justo	494	586
Os ganhos/(perdas) sobre a obrigação atuarial	263	40.022
Os ganhos/(perdas) resultantes de alterações de pressupostos financeiros	-	30.627
Os ganhos/(perdas) atuariais decorrentes de ajuste de experiência	263	9.395
Total dos componentes registrado em outros resultados abrangentes	757	40.608
Total dos componentes de custo do plano benefício definido	(7.816)	35.482

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Passivo atuarial--Continuação

c) Valores reconhecidos no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes--
Continuação

i) *COMIG (RP7)*--Continuação

Em face do reconhecimento da liquidação do Plano COMIG (RP7) em 30 de junho de 2014, apenas está sendo reconhecido os juros sobre o “déficit” apurada com o reconhecimento efetivo da liquidação do Plano. Por sua vez, o excesso de contribuições realizado no segundo semestre gerou um ganho atuarial esta reconhecido na demonstração do resultado abrangente como parte de outros resultados abrangentes.

ii) *CDI (RP3)*

Custo de serviço

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Custo do serviço corrente líquido reconhecido em resultado	(252)	(417)
Custo de juros líquido	-	(92)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(252)	(509)
Remensurações do plano de benefício definido		
Os ganhos/(perdas) sobre o ativo justo	(1.157)	(738)
Os ganhos/(perdas) sobre a obrigação atuarial	(718)	11.090
Os ganhos/(perdas) resultantes de alterações de pressupostos financeiros	6.831	9.746
Os ganhos/(perdas) atuariais decorrentes de ajuste de experiência	(7.549)	1.344
Mudança do teto do ativo	3.597	(7.746)
Juros sobre o efeito da restrição da obrigação atuarial	-	-
Total dos componentes registrado em outros resultados abrangentes	<u>1.722</u>	<u>2.606</u>
Total dos componentes de custo do plano de benefício Definido	<u>1.470</u>	<u>2.097</u>

Para o Plano CDI (RP3), o custo do serviço líquido, o custo dos juros líquidos e os ganhos/(perdas) na liquidação estão incluídos na despesa com provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego no resultado do período consolidado. O recálculo do passivo líquido de benefício definido está incluído na demonstração do resultado abrangente como parte de outros resultados abrangentes.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Passivo atuarial--Continuação

d) Status do Fundo e (Passivo)/Ativo Reconhecido

i) *COMIG (RP7)*

Status do Plano de Benefícios

	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente da obrigação atuarial	-	(63.910)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	-	43.843
Status do Plano de Benefícios: (Déficit) / Superávit	54	(20.067)
Responsabilidade Ativo/(Passivo) líquido decorrente da obrigação do plano	54	(20.067)
Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no balanço	2014	2013
(Passivo) / Ativo reconhecido no início do período	(20.067)	(56.830)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	27.937	1.280
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(8.574)	(5.126)
Valor reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	757	40.608
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	54	(20.067)

Plano o Plano COMIG (RP7) em face do reconhecimento do efeito da liquidação do Plano em 30 de junho de 2014, foi reconhecido as contingências ativas existentes no balancete do Plano em 31 de dezembro de 2014, devendo essas contingências serem tratadas e destinadas pela Entidade administradora do Plano a Companhia como devolução de valores vertidos a maior em face da liquidação do Plano

ii) *CDI (RP3)*

Status do Plano de Benefícios

	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente da obrigação atuarial	(27.053)	(24.138)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	36.616	33.968
Status do Plano de Benefícios: (Déficit) / Superávit	9.563	9.830
Efeito do teto do Ativo	(9.563)	(9.830)
Restrição do déficit contratado	(1.951)	(2.147)
Responsabilidade Ativo/(Passivo) líquido decorrente da obrigação do plano	(1.951)	(2.147)
Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no balanço		
(Passivo) / Ativo reconhecido no início do período	(2.147)	(2.228)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	676	132
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(252)	(509)
Valor reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	1.722	2.605
Restrição do déficit contratado (outros resultados abrangentes)	(1.951)	(2.147)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(1.951)	(2.147)
Apuração do efeito do teto do limite de ativo:		
Valor presente dos benefícios econômicos (Teto)*	(9.563)	(9.830)
Efeito da restrição sobre o ativo	(9.563)	(9.830)

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Passivo atuarial--Continuação

d) Status do Fundo e (Passivo)/Ativo Reconhecido--Continuação

* Cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido, considera o valor presente dos fluxos dos benefícios econômicos considerando a taxa de juros de desconto conforme item 83 do referido CPC.

Desta forma, como o Plano não possui reserva especial para revisão do Plano, não existem benefícios econômicos para a CODEMIG em 31/12/2014. Assim, em face da inexistência de benefícios econômicos a CODEMIG reconhece o montante relativo ao contrato de dívida vigente em 31/12/2014

e) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

i) *COMIG (RP7)*

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(63.910)	(96.798)
Custo do serviço corrente líquido	(193)	(829)
Custo de juros	(2.480)	(8.645)
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	263	40.022
Decorrentes de ajuste de experiência	263	9.395
Decorrentes de alterações premissas financeiras	-	30.627
Benefícios pagos pelo plano	1.209	2.340
Efeitos da liquidação	72.722	-
Ganho/(Perda) na liquidação	(7.612)	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>-</u>	<u>(63.910)</u>

ii) *CDI (RP3)*

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(24.138)	(32.665)
Custo do serviço corrente líquido	(389)	(549)
Custo de juros	(2.808)	(2.929)
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(718)	11.090
Decorrentes de ajuste de experiência	(7.549)	1.344
Decorrentes de alterações premissas financeiras	6.831	9.746
Benefícios pagos pelo plano	1.001	915
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(27.053)</u>	<u>(24.138)</u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Passivo atuarial--Continuação

f) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos

i) *COMIG (RP7)*

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	43.843	39.968
Receita de juros	(1.692)	3.486
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	494	586
Contribuições do empregador	27.937	1.281
Contribuições normais de empregados ao plano	-	862
Benefícios pagos pelo plano	-	(2.340)
Efeitos da liquidação	(72.722)	0
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>54</u>	<u>43.843</u>

ii) *CDI (RP3)*

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	33.969	32.522
Receita de juros	3.991	2.837
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(1.157)	(738)
Contribuições do empregador	676	132
Contribuições normais de empregados ao plano	138	131
Benefícios pagos pelo plano	(1.001)	(915)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>36.616</u>	<u>33.969</u>

g) Categorias dos ativos do Plano

i) *COMIG (RP7)*

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Disponível	0,37%	0,05%
Realizável (previdencial e administrativo)	-	24,14%
Títulos Públicos	-	0,00%
Crédito de Depósitos Privados	-	0,00%
Ações	-	0,01%
Fundo de Investimentos	99,15%	74,52%
Investimentos imobiliários	-	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	0,48%	1,29%
Outros	-	0,00%
Total em percentual dos ativos do plano	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

ii) *CDI (RP3)*

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Disponível	0,01%	0,03%
Realizável (previdencial e administrativo)	6,24%	6,95%
Títulos Públicos	-	0,00%
Crédito de Depósitos Privados	-	0,00%
Ações	-	0,01%
Fundo de Investimentos	93,37%	92,41%
Investimentos imobiliários	-	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	0,39%	0,60%
Outros	-	0,00%
Total em percentual dos ativos do plano	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Passivo atuarial--Continuação

h) Cálculo do valor justo dos ativos no plano

i) *COMIG (RP7)*

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Disponível	7	26,69
Realizável (previdencial e administrativo)	-	14.226
Títulos Públicos	-	-
Crédito de Depósitos Privados	-	0,027
Ações	-	4,90
Fundo de Investimentos	1.820	43.913
Investimentos imobiliários	-	-
Empréstimos e Financiamentos	9	757
Outros	-	-
(-) Recursos a receber - patrocinador (Contratos de Déficit Técnico do Plano)	-	(11.835)
(-) Exigível Operacional	(1)	(621)
(-) Exigível Contingencial	(1.780)	(2.236)
(-) Fundo de Investimentos	-	(49)
(-) Fundo Administrativo	-	(1.718)
Fator de ajuste de INPC conjugado com juros de outubro a dezembro de 2013	1,0000	1,0324
Valor justo dos ativos do plano	54	43.842

ii) *CDI (RP3)*

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Disponível	3	11
Realizável (previdencial e administrativo)	2.544	2.620
Títulos Públicos	-	-
Crédito de Depósitos Privados	-	-
Ações	-	4
Fundo de Investimentos	38.083	34.857
Investimentos imobiliários	-	-
Empréstimos e Financiamentos	158	227
Outros	-	-
(-) Recursos a receber - patrocinador (Contratos de Déficit Técnico do Plano)	(1.951)	(2.147)
(-) Exigível Operacional	(99)	(225)
(-) Exigível Contingencial	(1.569)	(2.006)
(-) Fundo de Investimentos	(13)	(11)
(-) Fundo Administrativo	(540)	(428)
Fator de reajuste do INPC	1,0000	1,0324
Valor justo dos ativos do plano	36.616	33.969

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Passivo atuarial--Continuação

i) Política de investimento - COMIG (RP7) e CDI (RP3)

A política de investimentos do Plano é elaborada anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Libertas. A política tem como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas com benefícios, buscando o equilíbrio atuarial do plano. A meta do plano a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC mais os juros técnicos. Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando: a) taxa esperada de retorno; b) preservação de capital; c) diversificação; d) tolerância a risco; e) estabilidade; f) liquidez e g) regra de reajuste de benefícios. Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes. Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

j) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial - COMIG (RP7) e CDI (RP3)

i) *COMIG (RP7)*

Não é utilizado taxa de desconto atuarial e não existindo passivo atuarial em 31/12/2014, em face do plano já ter sido liquidado.

ii) *CDI (RP3)*

A taxa de desconto atuarial foi calculada, considerando a *duration* do Plano de benefícios, restando uma taxa de juros de 11,87% ao ano Para o Plano CDI (RP3), face a *duration* do Plano calculada em 10,17 anos. Taxa indicativa da NTN-B com vencimento em 2024.

Considerando os valores dos benefícios esperados a serem pagos sem descontar a valor presente:

Valores esperados	Posição em 31/12/2014
Até 1 ano:	1.931.355,00
De 1 ano a 2 anos:	1.954.561,00
De 2 anos a 5 anos:	5.889.147,00
Acima de 5 anos:	53.036.936,00
Total dos pagamentos esperados pelo Plano a valores atuais:	62.811.999,00

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Passivo atuarial--Continuação

k) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

i) *CDI (RP3)*

	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	26.686	27.407	27.094	27.012	26.361	27.777	27.053
Valor justo dos ativos do plano	36.616	36.616	36.616	36.616	36.616	36.616	36.616
Superávit / (Déficit) técnico do plano	9.930	9.209	9.522	9.604	10.255	8.839	9.563
Variações:							
Aumento/redução da obrigação atuarial	-1,4%	1,3%	0,2%	-0,1%	-2,6%	2,7%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	3,8%	-3,7%	-0,4%	0,4%	7,2%	-7,6%	-

As análises de sensibilidade acima são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado como no cálculo das responsabilidades com o Plano reconhecidas nesta demonstração de posição financeira do final do período.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Passivo atuarial--Continuação

l) Resultado e pagamento esperados para o exercício seguinte

i) *COMIG (RP7)*

	Exercício de 31/12/2015
Montantes de:	
Custo do serviço corrente líquido	-
Custo de juros líquido	<u>3</u>
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	<u>3</u>
Administração do Plano	-
Total da (despesa) / receita a reconhecer no próximo exercício	<u>3</u>
Montantes de pagamentos esperado pela companhia no exercício seguinte*	-
Normais	-
Extraordinárias	-
Administração	-
Total dos pagamentos esperados para o Plano	<u><u>-</u></u>

* Somente pós-emprego.

Para o Plano COMIG (RP7) os montantes esperados para o próximo exercício representam o retorno de juros sobre o “superávit” existente em 31/12/2014

ii) *CDI (RP3)*

	Exercício de 31/12/2015
Montantes de:	
Custo do serviço corrente líquido	<u>(365)</u>
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	<u>(365)</u>
Montantes de pagamentos esperado pela companhia no exercício seguinte*	
Normais	711
Administração	70
Total dos pagamentos esperados para o Plano	<u><u>781</u></u>

* Somente pós-emprego.

Para o Plano CDI (RP3) a companhia registrará a despesa referente ao custo de serviço corrente líquido para o exercício de 2015. Adicionalmente, o montante de 781 mil representa as contribuições esperadas que a CODEMIG irá verter para o Plano no decorrer do exercício de 2015.

17. Passivos contingentes

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

17. Passivos contingentes--Continuação

A Companhia não constituiu provisão para riscos de perda nas ações uma vez que não apresenta expectativa de prováveis desembolsos de caixa, com base em informações de seus assessores legais, e através da análise das ações em curso e histórico de soluções dos processos.

Em 31 de dezembro de 2014, existem processos administrativos e judiciais avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como sendo de probabilidade de risco possível, no montante de R\$10.576 (R\$ 6.268 em 2013), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social integralizado, está assim representado:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Capital social	<u>1.722.925</u>	1.762.525
Quantidade de ações ordinárias (i)	<u>153.928</u>	174.983

(i) Em 31 de dezembro de 2014 o Governo do Estado de Minas Gerais detinha 153.927 ações, e BDMG detinha 1.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de janeiro de 2013, foi aprovado aumento de capital social da Companhia no valor de R\$150.000 através de capitalização por parte do Governo Estado de Minas Gerais, com a emissão de 18.573 ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2013, foi aprovada redução de capital social da Companhia no valor de R\$19.400, correspondente a 25.302 ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2013, foi aprovada redução de capital social da Companhia no valor de R\$22.772, correspondente a 26.173 ações ordinárias. Ambas as reduções de capital de 2013 foram pagas em dinheiro ao Governo do Estado de Minas.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 05 de fevereiro de 2014, foi aprovada redução de capital social da Companhia, no valor de R\$30.600, correspondente a 14.257 ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de dezembro de 2014, foi aprovada redução de capital social da Companhia, no valor de R\$9.000, correspondente a 6.798 ações ordinárias. Ambas as reduções de capital de 2014 foram pagas em dinheiro ao Governo do Estado de Minas.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido--Continuação

b) Dividendos

A Companhia não apurou dividendos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.
O saldo de dividendos a pagar está apresentado a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Dividendos não reclamados de minoritários – curto prazo	367	367
Dividendos – longo prazo (i)	15.900	15.909
	<u>16.267</u>	<u>16.276</u>

- (i) Refere-se a discussão judicial de acionista privado que não concorda com o valor atribuído para reembolso do direito de retirada, em razão da transformação da Companhia em empresa pública pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2010.

19. Receita operacional líquida

A Companhia recebe os recursos integrais de sua SCP (Nota 1) para posterior pagamento dos impostos a ela relacionados. Assim sendo, esta linha apresenta gastos com imposto de renda e contribuição social, relacionados a receita da SCP, no montante de R\$247.769 em 2014 e R\$219.120 em 2013.

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas – SCP	756.827	649.750
Venda de Terrenos	-	441
Arrendamentos	16.705	31.437
Outras Receitas	196	189
Total da Receita Bruta	773.728	681.817
Impostos	(250.231)	(222.648)
Receita Operacional Líquida	<u>523.497</u>	<u>459.169</u>

20. Despesas gerais e administrativas

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas com pessoal	(25.839)	(20.917)
Encargos sociais	(9.873)	(7.819)
Serviços de terceiros	(51.060)	(43.917)
Publicidade e promoções	(11.908)	(12.995)
Depreciação	(62.965)	(61.208)
Provisão ao valor recuperável de ativos	(202.595)	(28.011)
Outras	(26.815)	(15.400)
	<u>(391.055)</u>	<u>(190.267)</u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

21. Gastos com desenvolvimento e convênios

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico de Minas Gerais conforme determinado pelo seu estatuto social, e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no estado de Minas Gerais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
SETOP / DEOP / DER-MG (a)	(216.546)	(156.183)
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (b)	-	(150.000)
Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia (c)	(2.026)	(6.366)
Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	(14.775)	-
Prefeitura Municipal de Itapecerica	(11.430)	-
Prefeitura Municipal de Santa Luzia	(2.250)	-
Prefeitura Municipal de Itapeva	(2.250)	-
Prefeitura Municipal de Diamantina	(1.800)	-
Prefeitura Municipal de Ervália	(810)	-
Prefeitura Municipal de Unaí	(720)	-
Secretaria de Estado da Cultura de MG	(2.500)	(600)
Lasa Prospecções S.A.	-	(375)
Outros	(6.749)	(4.577)
	(261.856)	(318.101)

- (a) O montante refere-se, entre outras, as seguintes obras (i) Implantação e Pavimentação da LMG 800; (ii) Ampliação da faixa de domínio do trecho Sete Lagoas – Entr. MG/010 (Subtrecho: Entr. LMG/800 (para Confins) – Sete Lagoas e ampliação dos contornos de Matozinhos e Prudente de Moraes. (iii) Execução de obras de melhoramento e pavimentação em diversos trechos de rodovias integrantes do Programa “Caminhos de Minas”.
- (b) Gastos referentes a cooperação Financeira visando a desapropriação necessária às obras de duplicação da Av. Pedro I, possibilitando a implantação do BRT Bus Rapid Transit, e obras de implantação de parte das vias 710 e 210.
- (c) Refere-se a projetos para exploração de novos minérios em Araxá/MG.

A Companhia após aprovação dos projetos por parte do Estado de Minas Gerais e prefeituras, repassa recursos oriundos da receita obtida com sua SCP para que os órgãos governamentais possam executar suas atividades propostas.

Uma vez que a Companhia não obterá benefícios diretos através da aplicação destes recursos, os mesmos são lançados como gastos com desenvolvimento no resultado à medida que são incorridos.

A fiscalização da correta aplicação dos recursos, após o repasse dos mesmos pela Companhia, compete aos órgãos recebedores do recurso e à Companhia, observados no que couber, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações; o Decreto Estadual nº 43.635, de 20 de outubro de 2003, e suas alterações, o Decreto Estadual nº 44.424, de 21 de dezembro de 2006, este último que regula especificamente a formalização, execução e prestação de contas dos instrumentos de Convênios formalizados por quaisquer órgãos da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

21. Gastos com desenvolvimento e convênios--Continuação

Os convênios vigentes em 31 de dezembro de 2014 estão assim apresentados:

	Controladora e Consolidado		
	Valor do convênio	Valor pago	Saldo a pagar
Convênio 3638 - Juiz De Fora (Codemig/SETOP)	20.000	10.000	10.000
Convênio 3779 – Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	5.412	3.608	1.804
Convênio 3828 - Departamento de Estradas e Rodagem - DER	274.100	88.000	186.100
Convênio 3829 – SETOP/MG	40.300	36.000	4.300
Convênio 3872 – Prefeitura Municipal de Itapeçerica	12.700	11.430	1.270
Convênio 3866 – Prefeitura Municipal de Santa Luzia	2.500	2.250	250
Convênio 3867 – Prefeitura Municipal de Itapeva	2.500	2.250	250
Convênio 3874 – Prefeitura Municipal de Diamantina	2.000	1.800	200
Convênio 3869 – Prefeitura Municipal de Ervália	900	810	90
Convênio 3868 – Prefeitura Municipal de Unaí	800	720	80
	361.212	156.868	204.344

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Dividendos recebidos	7	27
Remuneração de capital	9.053	8.191
Recuperações de taxas e despesas	13.327	4.264
Ganhos na alienação de imobilizado	-	399
Doações e subvenções	1.632	-
Baixa de projetos	-	(21.527)
Outra	(2.681)	(2.708)
	21.338	(11.354)

23. Receitas despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas				
Juros recebidos de aplicações financeiras	60.749	43.376	62.004	44.001
Varição monetária ativa	5.603	2.439	5.603	2.439
Descontos financeiros obtidos	17	43	17	43
Outras	-	39	-	39
	66.369	45.897	67.624	46.522
Despesas				
Juros de mora	(187)	(680)	(187)	(680)
Juros de empréstimos e financiamentos	(87.864)	(70.304)	(87.864)	(70.304)
Varição monetária passiva	(128)	(845)	(128)	(845)
Outras	-	(10.440)	-	(10.440)
	(88.179)	(82.269)	(88.179)	(82.269)
	(21.810)	(36.372)	(20.555)	(35.747)

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia não aplica em derivativos complexos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros equivalem aos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados.

O ativo financeiro da Companhia mensurados a valor justo resume-se às aplicações financeiras que estão dentro do nível 2 da hierarquia do valor justo.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

b) Risco de crédito e concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A grande maioria dos recursos da Companhia são oriundos dessa operação e repassados pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico significativo de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Companhia. Os acordos firmados com a CBMM vem sendo honrados tempestivamente.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Riscos financeiros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Companhia gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela e suas controladas estejam expostas somente a níveis mínimos de risco dentro do contexto de suas operações.

d) Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital visando manter o seu desenvolvimento futuro pautado pelas diretrizes do seu estatuto social. A Administração monitora a relação dívida patrimônio, assim como monitora o nível de dividendos para acionistas.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos e aplicações financeiras vinculadas ao CDI.

A exposição líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

Caixa e equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras	416.223
Empréstimos e financiamentos	(675.165)
	<u>(258.942)</u>

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia, baseada em pesquisas externas junto ao Banco Central do Brasil, estima que, em um Cenário Provável, a taxa SELIC, em 31 de dezembro de 2015, será de 12,50%. A Companhia fez uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia, advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50%, em relação ao Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI geralmente acompanha a variação da taxa SELIC.

	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário Possível</u>	<u>Cenário Remoto</u>
Taxa efetiva	12,50%	12,50%	12,50%
Taxas Selic conforme cenários	12,50%	15,63%	18,75%
Dívida líquida com juros variáveis	258.942	258.942	258.942
Efeito no resultado:			
Conforme a taxa efetiva (12,50%)	32.368	32.368	32.368
Conforme cenários de <i>stress</i>	32.368	40.473	48.552
Efeito líquido no resultado	<u>-</u>	<u>8.105</u>	<u>16.184</u>